



ALBERTINO JOSÉ DA SILVA

(ou FARIAS ou OLIVEIRA)

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 6/01/1914, Escada – PE.

FILIAÇÃO: Maria Joaquina da Silva e José Alberto de Farias.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: trabalhador rural

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Ligas Camponesas

DATA E LOCAL DA MORTE: anterior a 15/04/1964, no Recife.

Relatora: Socorro Ferraz. Sub-relatores: Henrique Mariano, Humberto Vieira

BIOGRAFIA

Albertino José da Silva (ou Farias ou Oliveira) era casado desde 11 de dezembro de 1940 com Severina Maria da Paz, com quem teve filhos. Residia e trabalhava no Engenho Serra em Vitória de Santo Antão, Pernambuco.

A década de 50 e os anos sessenta, do século passado, foram os mais conflituosos e exitosos para os trabalhadores do campo, na zona da mata de Pernambuco. Esta classe não foi incluída nos benefícios trabalhistas concedidos aos trabalhadores urbanos, pelo presidente Getúlio Vargas. Através de sociedades civis como a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – Ligas Camponesas –, milhares de camponeses se organizaram para reivindicar seus direitos básicos: a vida, o trabalho e a moradia.

Em Vitória de Santo Antão, cidade da zona da mata sul de Pernambuco, houve um grande movimento dos camponeses pela obtenção de terras, através da desapropriação de alguns engenhos. O primeiro desses movimentos pela ocupação da terra aconteceu no engenho Galileia e terminou com a vitória dos camponeses. O governo do estado à época, Cid Sampaio, sob pressão política e social, sancionando Projeto de Lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, empreendeu a desapropriação dessas terras, que passaram a pertencer à Companhia de Revenda e

Colonização de Pernambuco, uma empresa pública. Essa vitória deu grande ânimo à continuação da luta pela terra.

Em 1960, novas ocupações ocorreram nos engenhos Barra e Terra Preta, no mesmo município, com o reforço de camponeses de outras localidades, como Galileia, Caiçara, Cova da Onça, Malemba e, às vezes, de outros municípios. O governador de Pernambuco, através do Decreto nº 525 de 3 de setembro de 1960, desapropriou também essas terras colocando-as à disposição da Companhia de Revenda e Colonização – CRC.

Segue abaixo o teor do decreto:

O Governador do Estado no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõe o artigo 141, § 16 da Constituição Federal,

Decreta:

Art. 1º - É declarado de utilidade pública para efeito de desapropriação os engenhos Barra e Terra Preta, ambos localizados no município de Vitória de Santo Antão, neste Estado.

Art. 2º - os aludidos imóveis, inclusive benefícios destinar-se-ão à política de colonização e assistência aos trabalhadores rurais da Companhia de Revenda e Colonização do Governo.

Art. 3º - o presente decreto entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial do Governo do Estado de Pernambuco em 3 de setembro de 1960.

As) Cid Feijó Sampaio,

Luiz de Magalhães Melo

Antígenes Afonso Ferreira

Salviano Machado Filho

O *Diário Oficial* – Diário do Poder Executivo – publicou o decreto em 4 de setembro de 1960, portanto as ocupações desses dois engenhos desapropriados, Barra e Terra Preta, ocorreram de imediato.

O movimento camponês em Vitória de Santo Antão era forte; lá funcionavam quatro Ligas Camponesas: a de Vitória de Santo Antão, a de Caiçara, a de Galileia e a de Mauês. Albertino José foi presidente de uma dessas ligas, a de Vitória de Santo Antão. Sua atuação mais notada foi no engenho Serra, onde morava e trabalhava, cujo proprietário era o dr. Manoel de Barros Bezerra Cavalcante.

Com o abandono do engenho pelos proprietários, ocorreu uma ocupação em 1963. A liderança do movimento foi coletiva. Pelo inquérito policial instaurado após o golpe militar, para apurar as ações da liderança no campo, através dos depoimentos de Clodomir Moraes, Maria Celeste Vidal, Luiz Serafim e João Virgínio, que não eram trabalhadores rurais, mas faziam parte da diretoria estadual das Ligas Camponesas, percebe-se uma proteção velada à liderança camponesa por parte desses companheiros

ligados ao deputado Francisco Julião. Nesses depoimentos não há nenhuma acusação aos camponeses, que permitisse fundamentar um processo contra eles.

Por outro lado, os senhores proprietários com os seus capangas, acobertados por agentes policiais, agiram diretamente sobre os camponeses desassistidos, sem ter “necessidade” de cumprir nenhum preceito institucional, ou seja, apurar alguma participação através de inquérito policial/militar.

Em março de 1964, com o golpe civil-militar, os camponeses de Vitória de Santo Antão liderados pelos militantes das Ligas Camponesas ocuparam os principais prédios de serviços da cidade: a prefeitura, o quartel da polícia, a estação de rádio, a central telefônica, a central telegráfica, a estação ferroviária, os postos de gasolina e os celeiros da Cagep. O exército ocupou a cidade em 3 de abril, com policiais civis do DOPS, iniciando então as prisões, coadjuvado pelos latifundiários e por um civil, que se destacou nessas ações, Biu do Álcool, como era apelidado¹. As casas dos camponeses foram vasculhadas e se fizeram muitas prisões. As autoridades procuravam armas entre os camponeses, pois a propaganda era intensa antes do golpe: falava-se muito do poder de reação dos camponeses.

Após 1964, a aliança entre forças policiais e oligarquias rurais, que já era significativa, produziu mais violência e impunidade.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

As circunstâncias da morte de Albertino José ainda não foram devidamente esclarecidas. A versão oficial da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, através de nota oficial, informava ao público que Albertino José suicidou-se, por envenenamento.

O documento da Perícia Tanatoscópica, do Instituto de Medicina Legal de Pernambuco, informa que os médicos designados pelo sr. diretor, à requisição do delegado especial de Vitória de Santo Antão, às 19h45 em 15 de abril de 1964 no Cemitério de Vitória procederam à necropsopia de Albertino José da Silva do sexo masculino, aparentando 45 anos de idade, de cor parda, trajando calça cáqui e camisa branca. Os peritos, segundo eles mesmos, não dispõem de elementos para opinar se a

¹ Ver sobre a atuação de “Biu do Álcool” – Severino Queiroz - no capítulo da Estrutura e Financiamento da Repressão em Pernambuco, neste relatório, volume II.

morte foi causada por envenenamento, fogo, explosivo, ou outro meio que pudesse resultar perigo comum. Portanto, segundo os peritos, foi por causa indeterminada. O corpo estava em adiantado estado de putrefação e alguns órgãos haviam sido destruídos por animais. O exame foi solicitado pelo delegado especial de Vitória de Santo Antão, o major Rômulo Pereira de Moraes, através do ofício 28/64; o cadáver foi encontrado nas matas do engenho São José, em Vitória de Santo Antão.

Conforme informou sua família à CNV, Albertino José desapareceu em uma terça-feira e apenas no domingo foi encontrado.

Pelo exame necroscópico, sabe-se que o delegado de Vitória de Santo Antão fez o requerimento ao Instituto de Medicina Legal do Estado de Pernambuco em 15 de abril de 64, portanto a terça-feira que antecede esta data é o dia 10 de abril de 64. Sebastião Pereira da Silva encontrou o corpo nas matas do engenho São José, avisou à polícia e à família. O local era de difícil acesso e sua esposa não conseguiu chegar. Os filhos o reconheceram pelas roupas que trajava.

Apesar de ter sido avisada, a polícia somente compareceu ao local, cinco dias após o corpo de Albertino ter sido encontrado. Transportaram-no em uma mala ao cemitério da cidade. A família não teve acesso ao corpo, nem lhe foi permitido fazer um enterro segundo a tradição religiosa ou civil da época.

Foi aberto inquérito sobre este fato, sob a responsabilidade do major Rômulo Pereira, delegado especial de Vitória de Santo Antão, noticiado por dois jornais de Pernambuco, entretanto, esses registros nunca foram encontrados nos órgãos competentes de Vitória nem da Secretaria de Segurança Pública do Recife. Os restos mortais de Albertino José nunca foram localizados no cemitério de Vitória.

Duas declarações feitas à CNV foram importantes para se resgatar esta biografia. A de Manoel Antônio de Lira, seu conhecido, testemunha do resgate do corpo de Albertino e a de Sebastião Pereira da Silva, genro de Albertino, informando sobre o seu desaparecimento, sobre as buscas que foram realizadas, sobre o descaso da polícia em resgatar o corpo, certidão de óbito, certidão de nascimento de seus filhos. Há também um abaixo-assinado por moradores de Vitória de Santo Antão atestando que ele foi um líder do movimento camponês que participou da ocupação da cidade, quando do golpe civil-militar de 1964 e que foi morto pela repressão por suas atividades políticas.

Os pesquisadores da CEMVDHC não encontraram no arquivo do DOPS o seu prontuário. Também não há nenhum registro de sua prisão e nos depoimentos de presos políticos daquela cidade, seu nome não é mencionado. No entanto, um aviso nº 01861

de 2 de dezembro de 1993, produzido pelos ministérios militares, está registrado um ‘nada consta’, o que significa que Albertino José foi investigado.

Paulo Cavalcanti, em seu livro *O Caso Eu Conto Como O Caso Foi – Memórias Políticas* escreve que “Os comitês de anistia, as comissões de direitos humanos, as entidades de classe, por descaso ou desinformação, preocupam-se, hoje, em organizar listas de desaparecidos sem levar em consideração centenas de camponeses nordestinos que sumiram para sempre do rol dos vivos, não deixando rastros”. Isto pode ser aplicado à maioria dos casos. No de Albertino José, os rastros foram encontrados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CEMVDHC

Albertino José da Silva ou Farias ou Oliveira, não foi reconhecido como vítima da ditadura civil-militar no Brasil. O seu processo foi indeferido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em duas ocasiões. É possível que a falta de clareza sobre o seu sobrenome tenha contribuído para tanto. Informa a Comissão Nacional da Verdade que consta na certidão de nascimento do seu filho e na sua certidão de óbito o nome Albertino José de Farias. Entretanto, no documento da Perícia Tanatoscópica do Instituto de Medicina Legal de Pernambuco está grafado o nome de Albertino José da Silva.

No *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* seu nome aparece Albertino José de Oliveira

Recebeu homenagens: há ruas no Recife, em São Paulo e em Patos de Minas, com o seu nome.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, resultado das investigações, conclui-se que Albertino José é de fato Albertino José de Farias, pois seu pai tinha este sobrenome e também Albertino José da Silva, sobrenome de sua mãe. E que há ainda um Albertino José de Oliveira, que pela sua história pode ser a mesma pessoa. Que foi um trabalhador rural, sócio das Ligas Camponesas, morador do engenho Serra, palco de ocupação das terras, em 1963, por camponeses sem terras. Que participou da resistência ao golpe civil-militar e que sua morte aconteceu em circunstâncias de sistemáticas violações aos direitos humanos promovidas pela ditadura que se instalou no Brasil em 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações para a localização e identificação dos restos mortais, identificação e responsabilização dos agentes envolvidos na morte e ocultação do cadáver e a retificação do atestado de óbito.

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTIGAÇÃO – ALBERTINO DA SILVA

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): IML	Perícia Tanatoscópica - Albertino José da Silva	Instituto de Medicina Legal de Pernambuco (IML)	Corpo encontrado nas matas do Engenho São José, em adiantado estado de putrefação, indicando como causa morte indeterminada. Laudo em nome de Albertino José da Silva, um dos nomes de Albertino José.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ACE_93821_75	Informação 0061/03 / ARE/1975 – Maria Celeste Vidal.	Serviço Nacional de Informações (SNI) – Agência Recife	Documento em resposta ao Pedido de Busca nº 1340/19/AC/74, de 17 de dezembro, com informações sobre Maria Celeste Vidal. Contém: Informação nº 1256, do IV Exército - 2ª Seção para o SNI; Texto da Embaixada do Brasil em Bonn, com notícia sobre denúncia de Maria Celeste Vidal a um diplomata alemão; e Pedido de Busca nº 1340/19/AC/74.
Superior Tribunal Militar (STM): Ligas Camponesas (parte)	IPM -Ligas Camponesas	Justiça Militar	Relação das Ligas Camponesas existentes no Estado de Pernambuco.